



O SERVIÇO SOCIAL E O SETOR SUCROENERGÉTICO DE ALAGOAS¹

Amanda Viana de Amorim Teixeira²
Drielly Tenario Marinho Farias³
Layana Silva Lima⁴

Resumo

O estudo que ora se apresenta tem por objetivo sistematizar uma reflexão sobre a prática do assistente social no setor sucroenergético em Alagoas. Parte-se do pressuposto que este setor é caracterizado pela intensificação da exploração do trabalho, ocasionando péssimas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores canavieiros. É nesse contexto que emerge a necessidade de requisitar profissionais de Serviço Social neste setor, para desenvolver estratégias, a fim de assegurar a competitividade essencial para a perpetuação da reprodução do sistema capitalista. Identifica-se assim que, agroindústria canvieira se constitui num espaço sócio-ocupacional para a atuação do Serviço Social, sendo este profissional, requisitado para mediar à relação entre capital e trabalho. Para este estudo, recorre-se à pesquisa bibliográfica a partir da perspectiva marxista.

Palavras-Chave: Condições de Trabalho. Serviço Social. Setor Sucroenergético.

1 INTRODUÇÃO

O Estado de Alagoas localiza-se na Região do Nordeste do Brasil, tem uma área de 27 774,993 km², área equivalente a 0,33% do território brasileiro e 1,79% do nordeste, ou seja, constitui-se como a segunda menor cidade do país. Sua área faz limite com os Estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia. Atualmente, o Estado possui 102 municípios, sendo Maceió sua capital. A população total de habitantes do Estado de acordo com o IBGE 2014 é de 3 321 730 habitantes. E o rendimento mensal desta é de 604 reais (IBGE, 2014).

O Estado é o maior produtor de cana-de-açúcar do nordeste, e o quinto maior produtor do país⁵. Apesar do setor de serviços constituir o que gera mais empregos em Alagoas, a agroindústria canvieira é responsável pela geração de 100 mil empregos diretos e cerca de 300 mil indiretos (<http://gizetaweb.globo.com>, 2012). Atualmente, Alagoas possui 20 usinas e destilarias em funcionamento, de acordo com o Sindaçucar⁶.

Contudo, o desenvolvimento econômico e social da agroindústria canvieira é embasado sobre uma intensa exploração da força de trabalho que impulsiona seu processo produtivo. Este setor agroindustrial traz como particularidade a união de avançadas tecnologias conjugadas com práticas produtivas arcaicas provenientes da Era colonial que remetem os trabalhadores canavieiros a uma intensa exploração.

As mudanças oriundas da crise estrutural emergente na década de 1970 incidiram sobre os mais diversos setores produtivos do capital, e como partícipe das relações econômicas capitalistas o setor sucroenergético também sofreu seus reflexos. A partir de sua reestruturação, as condições de trabalho canvieiro, ancoradas na intensa exploração, tornaram-se ainda mais precárias.

Diante dessa realidade, e da necessidade de subjugar a força de trabalho aos

¹ Esta pesquisa é resultante de pesquisas desenvolvidas dentro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais sob a orientação da Professora Doutora Maria Virgínia Borges Amaral.

² amanda.vi82@bol.com.br – UFAL.

³ drielly.marinho@hotmail.com – UFAL.

⁴ layana_limasso@hotmail.com – UFAL.

⁵ Carvalho (2009) afirma que até nos dias atuais, no nordeste “o setor ainda não incorporou as necessárias transformações sociais e as novas políticas ambientais capazes de colocá-lo em condições favoráveis na disputa com as regiões desenvolvidas do sudeste brasileiro” (p.7).

⁶ Dado disponível em: << <http://www.sindicucar-al.com.br/relacao-das-usinas/> >> acesso em 25/04/2015.



imperativos do capital se fez necessário aos usineiros proporcionarem respostas às necessidades mais básicas dos trabalhadores, aspirando manter a intensidade do processo produtivo e com isso manter a lucratividade. Desse modo, a agroindústria canaveira passou a compor o âmbito dos espaços sócio-ocupacional do Serviço Social, à medida que seu profissional é requisitado para mediar o conflito entre capital e trabalho.

2 BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS

No Brasil, o cultivo da cana-de-açúcar é oriundo desde época colonial. Neste contexto, a economia da colônia era baseada na cultura do cana-de-açúcar direcionada a satisfazer os anseios do capital europeu, por intermédios dos grandes latifúndios e uso de força de trabalho escrava. A região que mais se destacou neste período foi o Nordeste, mas o progresso de sua produção não refletia, na melhoria da qualidade de vida da população envolvida no cultivo e nos avanços na tecnologia, pois eram utilizadas as mesmas que produziam um açúcar de baixa qualidade, marca registrada da agroindústria da região, até os dias atuais (CARVALHO, 2009).

O melhoramento do cultivo ocorreu a partir da intervenção do Estado no setor, que permitiu além da introdução de inovações tanto no âmbito rural quanto industrial a passagem dos engenhos acarícos, os banguês, para as modernas usinas. Na contemporaneidade, podemos elucidar a ação estatal, no tocante ao incentivo da economia oriunda da cana-de-açúcar, a criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) em 1933. Este emergiu como resposta aos conflitos entre as regiões Sudeste e Nordeste. O IAA também intercedia na relação entre fornecedores e usineiros. A ação do referido instituto equilibrava a concorrência entre os empresários dessas regiões, designando mercados e quotas. Em 1941, o Estado criou o Estatuto da Lavoura Canaveira que, segundo Soares (2011), este estatuto estabelece relação entre as usinas e os fornecedores de matéria-prima e responsabilidades legais para com a assistência social⁷ dos trabalhadores na agroindústria canaveira. Por meio do IAA e do Estatuto da Lavoura Canaveira podemos ter noção da intervenção do Estado neste setor agroindustrial, lembrando que ação estatal não está circunscrita a tais mediações.

No curso da década de 1970, enquanto vários setores sentiam os efeitos da crise estrutural do capital⁸, o referido setor sofria uma significativa intervenção. Trata-se da criação do Proálcool como estratégia de proporcionar fontes energéticas alternativas ao petróleo.

Porém, a partir da década de 1980, como o equilíbrio do valor do combustível fóssil, o Estado reconfigurou sua atuação em face de agroindústria canaveira, fazendo com que este setor entrasse em crise. A partir da década de 1990, ocorrem novas mudanças na estrutura do mercado de trabalho, expressando a reestruturação produtiva, o setor sucroenergético⁹ no Brasil, modifica profundamente as relações de trabalho, elevando a produtividade, diminuindo consideravelmente a força de trabalho contratada, fazendo ocorrer alto índice de rotatividade e a desmobilização da categoria de trabalhadores do setor (SANT'ANA e CARMO, 2010; CARVALHO, 2009).

É com o processo de reestruturação produtiva¹⁰ que são desenvolvidas diversas

⁷ Discussão que será retomada posteriormente.

⁸ Segundo Mézáros (2002), esta crise do sistema do capital possui um caráter estrutural, e, desta forma necessita de novas formas para o enfrentamento desta pelo capital. Uma vez que não se trate de renovar e adaptar as antigas estratégias de enfrentamento contra a desigualdade e a miséria a uma conjuntura desfavorável, supostamente passageira predominante no modelo de produção fordista, mas, a utilização de novas estratégias que impliquem: na aceleração do consumo, reduzindo a vida útil das mercadorias, promovendo o consumo perdulário e a produção destrutiva. Somando-se a isso, à acentuada exploração sobre o trabalho, e o aumento significativo do desemprego. Isto é, a partir da reestruturação do capital ocorre uma reconfiguração da subordinação do trabalho ao capital, objetiva e subjetivamente.

⁹ Atualmente o termo utilizado não é mais setor sucroalcooleiro e sim setor sucroenergético.

¹⁰ Este processo constitui-se na tentativa do capital em erguer novas bases produtivas para garantir a perpetuação da lógica expansiva da acumulação capitalista, o trabalhador sofreu os reflexos dessa nova fase do



estratégias para responder à crise do sistema capitalista com o intuito de mediar à queda da taxa de lucro e criar condições reatualizadas para a exploração da força de trabalho, tais transformações residem expressivamente na ofensiva do capital contra o trabalho, ou seja, só são possíveis quando recaem nos trabalhadores, assim, é a partir da flexibilização produtiva que se observa visivelmente um “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (BRAZ; NETTO, 2011, p.237). E na particularidade da população do estado de Alagoas não se difere, Amaral (2011) afirma que:

[...] mesmo sendo um dos produtores de cana-de-açúcar do Nordeste, Alagoas continua sendo um Estado pobre, com problemas socioeconômicos visíveis, atingindo todos os setores, desde a produção industrial, passando pelo agrícola, chegando ao mercado interno, o que demonstra o baixo poder de consumo da sua população (AMARAL, 2011, p. 173).

Sendo assim, o estado de Alagoas se caracteriza pela concentração de terras e renda em um pequeno grupo de famílias o que faz emergir ampla desigualdade, se destacando como uma das regiões mais pobres do Brasil. Tais desigualdades se intensificam com a redução dos direitos dos trabalhadores ativo assim o próximo item visa analisar as condições dos trabalhadores canavieiros a partir das mudanças ocorridas no setor. Condições estas que serão tratadas no próximo item.

3 O ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR SUCROENERGÉTICO DIANTE DA CONDIÇÃO DE TRABALHO E VIDA DA CLASSE TRABALHADORA

O Estatuto da Lavoura¹¹ (1943) anteriormente citado estabelecia as relações de trabalho dos trabalhadores da agroindústria canvieira, a partir de contratos-tipos, que garantem direito à estabilidade, à moradia e terras próximas a estas para o plantio de autossustentabilidade, à assistência médica e hospitalar.

É com as mudanças trabalhistas advindas da reestruturação produtiva que é observado a negligência quanto às particularidades relações de trabalho no âmbito canvieiro, uma vez que não responde demandas específicas deste setor. Com isso, as conquistas advindas das décadas anteriores não foram protegidas dos reflexos perversos da reestruturação produtiva. Sobre as perdas por falta de proteção da carta Magna dos direitos adquiridos Carvalho (2009) ressalta que ocorreu “[...] demolição¹², em cinco anos, de 40 mil casas na área canvieira de Alagoas e 50 mil em Pernambuco[...]” (p.94), o processo de êxodo das famílias para as cidades levou a equiparação dos trabalhadores rurais ao urbano, assim os trabalhadores não poderiam processar futuramente os proprietários. No entanto, o êxodo e as demolições não prejudicaram a produção, pois os antigos trabalhadores e moradores das usinas passaram a residir nas cidades circunvizinhas. Atualmente, os trabalhadores do corte de cana são imigrantes de diferentes regiões, principalmente do Nordeste.

A reestruturação produtiva, que passou a incidir neste setor na década de 1990, também ocasiona intensas mudanças no mundo do trabalho, modificando profundamente as relações de trabalho, elevando a produtividade e diminuindo consideravelmente a força de trabalho contratada via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

As relações neste setor apresentam-se ora embasada progressos técnicos como, novas formas de gestão, controle do trabalho e tecnologia de ponta e ora ancorada em

capitalismo, pois teve que se adequar ao novo modo de produção do qual intensificou o controle do capital sob o trabalho (SANTOS, 2010).

¹¹ Soares (2011) afirma que este Estatuto é considerado parte integrante de uma política de redistribuição de renda que favorece fornecedores e trabalhadores da cana, além de um marco na legislação do setor é de importância semelhante à Consolidação das Leis Trabalhistas para os trabalhadores urbanos.

¹² “As demolições tiveram como objetivo remover trabalhadores que moravam em casas no interior das propriedades, evitando uma situação que caracterizaria vínculo empregatício e, portanto, pagamento de encargos trabalhistas” (CARVALHO, 2009, p. 94).



práticas arcaicas, nas quais estabelecem metas de produtividade¹³ que as usinas exigem dos trabalhadores em condições de esforço repetitivo sob o sol escaldante, fazendo com que o processo de trabalho no âmbito canavieiro seja acompanhado frequentemente por câibras oriundas da alimentação irregular e intenso esforço físico. Além de acidentes e/ou doenças ocupacionais, ou seja, provenientes do ambiente de trabalho. Neste sentido, podemos observar que neste setor não apenas a exploração da força de trabalho ocorre de forma extrema, como também práticas que vão de encontro aos direitos trabalhistas e aos direitos humanos ao submeter o homem ao esforço físico desumano.

No entanto, com os avanços nas últimas décadas é possibilitado a agroindústria canavieira a ampliação da formalização de contratos de trabalho, contudo, os postos de trabalho sofrem uma brusca redução, por exemplo, com o advento das colheitadeiras nos canaviais, o que resulta no aumento da competitividade dos trabalhadores. As usinas são obrigadas a assegurar o acesso aos Equipamentos de Segurança Individuais (EPI's), ambulâncias; jornadas de trabalho menores com pausas para descanso e para o almoço. Todavia, estas conquistas não representam reais resultados para os trabalhadores, já que são estipuladas metas de produtividade e estes são obrigados a aumentar a intensidade do corte, resultando, na extração da mais-valia absoluta, causando-lhes desgaste físico, tão intenso que incide em seu envelhecimento precoce e em casos mais extremos à morte do trabalhador.

É necessário ressaltar que apesar da utilização de tecnologia no processo produtivo, na mecanização da colheita, o uso da força de trabalho humano, sobretudo a masculina, continua sendo a alicerce que sustenta a produção das usinas de cana de açúcar (PLANCHERIE; BERTOLDO, 2011). Os cortadores de cana estão subordinados a esta atividade, por conta da baixa escolaridade e da qualificação precária, impossibilitando exercer função distinta do corte de cana. Deste modo, “a agroindústria canavieira âmbito das relações de trabalho continua sendo a expressão do concreto do que se denomina, hoje, de barbárie moderna”, pois quando os trabalhadores do corte de cana adoecem e ou mostram desgastes físicos, logo são descartados (SANT’ANA; CARMO, 2010, p. 350).

É por conta do expressivo contingente disponível de força de trabalho de trabalhadores assalariados temporários e a falta de oportunidades de emprego, que o movimento de mobilização dos trabalhadores por direitos trabalhistas não possui força neste setor. Mesmo adquirindo conquistas significativas na década de 1980, atualmente os movimentos dos canavieiros quando ocorrem não são expressivos ao ponto de adquirirem a efetivação dos direitos já conquistados, pois o medo do desemprego desmobiliza vários trabalhadores.

4 A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SETOR SUCROENERGÉTICO

Vimos anteriormente, que os incentivos estatais a esse setor, durante a década de 1970 foi alvo de diversos financiamentos, que alavancaram sua lucratividade, direcionando seu processo produtivo à produção de álcool. O álcool nesse contexto alcançará lugar de destaque já que a crise do petróleo encarecia a aquisição dos combustíveis fósseis. Todavia, tais incentivos sofrerão uma subtração a partir da década de 1980, fazendo com que a agroindústria canavieira iniciasse o seu processo de reestruturação produtiva. A partir desse momento, esse setor passará por transformações, que vão desde a adoção de novas técnicas de cultivo à racionalização da força de trabalho, a fim de mediar os efeitos da crise, o que repercutirá sobre as condições de trabalho dos cortadores de cana. Para se manter no mercado competitivo, as usinas de cana de açúcar se valeram das políticas empresariais para pôr em prática a racionalização da produção. Será no interior de tais políticas que o assistente social será requisitado para exercer sua prática na agroindústria canavieira.

Será a incorporação das políticas empresariais pelas usinas que resultará na necessidade de ter o assistente social compondo o quadro de profissionais das usinas de

¹³ A remuneração pelo corte de cana é realizada por produção.



cana de açúcar. Esse profissional é requisitado para atuar nos programas oriundos de tais políticas que visam incorporar as premissas da responsabilidade social no âmbito da indústria. Além de ser uma estratégia de competir no mercado, do qual o ideário de cidadão foi transferido ao de consumidor.

A responsabilidade social¹⁴ nas usinas de cana de açúcar foi incorporada devido às novas configurações do trabalho nos canaviais. Com o intuito de racionalizar a produção e ao mesmo tempo elevar o padrão de qualidade, o processo produtivo exigiu maior exploração do cortador de cana, que teve que aumentar sua produtividade em prol de permanecer no posto de trabalho. O advento da industrialização fez com que o trabalhador perdesse seu emprego e o obrigou a elevar sua produção. O trabalho dos cortadores de cana se dá sobre insalubres condições, com vínculos empregatícios precários, pois a contratação é realizada de forma temporária e há uma carência na viabilização de seus direitos trabalhistas (SOARES, 2011).

A atuação dos assistentes sociais também se estende na execução dos programas de responsabilidade social aludidos nas linhas anteriores. Tais programas visam preparar as pessoas e o ambiente físico para a gestão de qualidade total, mediante mudanças de atitudes, posturas, hábitos e comportamentos, introduzindo assim, uma nova cultura organizacional. Tais objetivos visam a interferir na produtividade de forma positiva para o capital, reduzindo custos com o discurso de favorecer a qualidade de vida dentro e fora do campo de trabalho (IAMAMOTO, 2011).

No interior das usinas¹⁵ de cana de açúcar alagoanas, o assistente social está lotado nos setores de recursos humanos (RH), lidando com a contratação e desvinculação dos funcionários; nos ambulatórios, atuando na viabilização do direito à saúde do trabalhador – é relevante dizer que quando o cortador de cana sofre algum acidente de trabalho de maior complexidade será o assistente social que se articulará com o hospital mais próximo para assegurar o atendimento – e no setor do Serviço Social, promovendo acesso aos direitos sociais, atuando na viabilização de benefícios sociais e prestando orientações sociais entre outras demandas postas a esse profissional.

Mesmo esse profissional ocupando espaços novos, como a exemplo dos recursos humanos, o mesmo não perde o direcionamento de sua prática, que visa assegurar os direitos dos trabalhadores seja na sua contratação quando expõem ao cortador de cana os direitos trabalhistas ou na sua desvinculação o orientando a buscar seus direitos. Assim, o assistente social contribui para na viabilização dos direitos negados aos trabalhadores, que a partir de seu conhecimento passarão a exigí-los.

Na usina de cana de açúcar o profissional realiza suas competências profissionais presentes na Lei de Regulamentação nº 8.662/93 do Serviço Social de acordo com sua realidade. O profissional realiza os encaminhamentos sociais, presta as orientações sociais, realiza o planejamento e organização dos serviços sociais entre outras competências. A prática do Serviço Social na agroindústria canavieira alagoana se constitui em um âmbito conflituoso, do qual o empresário tenta explorar ao máximo a força de trabalho em prol da lucratividade.

É necessário que o profissional tenha ciência de tais estratégias do capital para não atuar ao seu favor. Faz-se importante o assistente social neste contexto está buscando de forma ativa sua teoria, sua instrumentalidade e principalmente identificar suas competências e atribuições profissionais presentes na sua legislação. Munido desse conhecimento é possível evitar a execução de atividades não condizentes ao Serviço Social e que vá contra ao seu compromisso de classe.

¹⁴ Para um maior aprofundamento vê Soares (2011).

¹⁵ As usinas que possuem o assistente social são: Cachoeira (1), Caeté (2), Capricho (1), Guachuma (1), Laginha (1), Marituba (1), Porto Alegre (1), Porto Rico (1), Sinimbú (2), Sumaúma (1) e Uruba (1), dados extraídos da pesquisa de campo realizada pelo grupo de pesquisa TRASSO da UFAL (AMARAL, 2011, 2012).



É imprescindível que o assistente social esteja atualizado acerca da realidade para decifrá-la e poder intervir de modo que almeje o benefício da classe trabalhadora. A pesquisa é uma importante aliada para conhecer as transformações sociais e desvendar as táticas capitalistas, assim como fundamentar a intervenção profissional face às expressões da “questão social”. Dessa forma, independentemente do espaço sócio ocupacional que o assistente social esteja ocupando o mesmo estará com sua prática profissional condizente com os preceitos do Serviço Social e, portanto, estará atuando em favor da classe trabalhadora.

Apreende-se que esse profissional possui por fio condutor de sua prática o acesso aos direitos e a promoção da igualdade social, sua prática deve ser orientada por valores emancipatórios, que intensionam suprimir as desigualdades sociais. Desse modo, esse profissional visa proporcionar as condições básicas para a satisfação das necessidades da classe trabalhadora, bem como contribuir na sua organização política. Mesmo inserido nas políticas empresariais, isso não incide em um novo direcionamento de sua prática, mas sim a necessidade de criar novas estratégias para alcançar a aproximação dos trabalhadores de seus direitos.

Diante dessa breve explanação podemos perceber que o Serviço Social é partícipe das relações sociais capitalistas, e que o capital sempre o requisita como mediador do conflito entre capital e trabalho. Mesmo na agroindústria canavieira incorporando novas tecnologias, a força de trabalho é essencial ao processo produtivo. Neste sentido, encontramos o cerne da preocupação do capital em estabelecer o discurso da Responsabilidade Social. Trata-se de uma estratégia de promover condições essenciais para a força de trabalho permanecer ativa para a exploração. Mesmo requisitado para realizar essa promoção, os assistentes sociais encontram nestes programas meios de viabilizar direitos, dos cortadores de cana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a partir dos anos de 1970 que o mundo sofre profundas transformações na tentativa de responder a crise estrutural do modo de produção capitalista através de transformações societárias para atender aos interesses do capital e incentivar a economia, a chamada reestruturação produtiva.

É ao longo da exposição, que se demonstra que 1990, o setor sucroenergético apresenta-se em pleno desenvolvimento tecnológico, no entanto, estas transformações incidem intensamente na vida e nas condições dos trabalhadores através do agravamento das condições sociais deste setor, que foram expulsos das terras das usinas e são obrigados a migrarem para as áreas urbanas na condição de mercadoria para o capital. Estas condições são fruto da natureza contraditória e autodestrutiva do sistema capitalista que para minimizar as condições de vida dos trabalhadores e mascarar a essência contraditória das classes fundamentais desenvolvem-se estratégias, como a de Responsabilidade Social.

No entanto, o setor sucroenergético é um espaço de atuação do profissional de serviço social, este é contratado pelo capitalista, para de um lado atuar por melhores condições de trabalho para a classe trabalhadora, na busca pela efetivação de direitos sociais e de outro lado contribui de maneira indireta para manutenção ou intensificação da produção e do aumento da lucratividade através da exploração do homem pelo homem.

Assim, o presente estudo buscou apreender as configurações do atual setor sucroenergético de Alagoas, estas resultantes de formas particulares de um padrão de desenvolvimento agrário que se configura numa estrutura fundiária nas mãos de grupos e realiza produção de exportação de monoculturas, em um estado que se configura com maior parte de sua população considerada pobre, que trazem heranças acentuadas da colonização.



REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Virgínia Borges. *Projeto de pesquisa: O SERVIÇO SOCIAL NO SETOR SUCROENERGÉTICO DE ALAGOAS E SUAS INTERFACES COM OS DIREITOS DOS TRABALHADORES* (2011-2012).

_____. A Condição do Trabalho e o Serviço Social no Setor Sucroenergético. In: VERAS, Edimilson Correia; AMARAL, Maria Virgínia Borges (orgs.). *Capital X Trabalho no Campo: Questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético*. Maceió: Edufal, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Usinas e Destilarias das Alagoas: Uma contribuição ao estudo da produção do espaço*. 2.ed. Maceió: EDUFAL, 2010.

CARVALHO, Cícero Péricles de. *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*. 3.ed. Maceió: EDUFAL, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. *Trabalho e Indivíduo Social: Um Estudo Sobre a Condição Operária na Agroindústria Canavieira Paulista*. São Paulo, Cortez, 2011.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: Uma Introdução Crítica*. Col. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8ª Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

PLANCHEREL, Alice; QUEIROZ, Allan; SANTOS, Charles. O “canguru” no Universo Canavieiro Alagoano: Saúde e precarização do trabalho na agroindústria açucareira. In: PLANCHEREL, Alice Anabuki; BERTOLDO, Edna (orgs.). *Trabalho e Capitalismo Contemporâneo*. Maceió: Edufal, 2011.

SANT’ANA, Raquel; CARMO, Onilda. As Condições de Trabalho no Setor Sucroalcooleiro. In: SANT’ANA (org.) et al. *Trabalho ao Avesso II*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, (p. 343 -366).

SANTOS, Adriano. *A Usinagem do Capital e o Desmonte do Trabalho: Reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho-SP*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOARES, Maria de Cássia Murta Rocha. A Particularidade da Responsabilidade Social na Agroindústria Canavieira. In: VERAS, Edimilson Correia; AMARAL, Maria Virgínia Borges (orgs.). *Capital X Trabalho no Campo: Questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético*. Maceió: Edufal, 2011.